

Saúde e Exclusão Social: empoderamento como estratégia para construção de bem-estar

**Health and Social Exclusion:
empowerment as a strategy for construction of welfare**

Voyner Ravena Cañete
Elizabeth Cristina Ribeiro Monteiro
Margarethe de F. Corrêa
Melchisedech César da Silva Neto*

RESUMO: Este artigo descreve a experiência de um projeto de extensão universitária que desenvolve atividades orientadas por um fazer multidisciplinar. Tem como objetivo refletir sobre processos de empoderamento usando o aporte teórico e metodológico da Abordagem Centrada na Pessoa. Esta abordagem se operacionalizou como a ferramenta utilizada no processo de condução das atividades do projeto descrito, ou seja, como sendo o objeto de observação e consolidação deste artigo. Por fim, discute a prática desenvolvida no cotidiano do projeto como tecnologia social a ser desenvolvida e replicada em espaços com cenário sócio-cultural semelhante.

Palavras-chave:
Empoderamento,
Abordagem
Centrada na
Pessoa, Grupo,
Comunidade.

A apresentação

Pensar saúde evoca refletir sobre o meio onde o indivíduo se encontra e, quando este se refere à cidade, serviços públicos e exclusão social aparecem como pontos centrais a serem focalizados. O direito do cidadão brasileiro à saúde é garantido pela Carta Magna de 1988, através do artigo 196 e implementado através de políticas públicas que deveriam oferecer serviços capazes de suprir as demandas apresentadas na sociedade. Todavia, essa não é a realidade vivenciada no Brasil e em especial na Amazônia. Belém

¹ A casa foi adquirida através de estratégias individuais dos integrantes da equipe que desenvolve o projeto. A escolha por ter um local fixo na área expressa a compreensão de que a presença permanente das atividades no local garante a ligação da comunidade com o projeto e amplia as possibilidades de êxito das atividades.

² A Organização Mundial de Saúde define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” Entende-se aqui qualidade de vida como “A valoração subjetiva que o paciente faz de diferentes aspectos de sua vida, em relação ao seu estado de saúde.” (Guiteras & Bayés, 1993, p.179 apud Seidl & Zannon 2004, p.583).

³ Categoria da ciência psicológica compreendida como a soma da autoconfiança com o auto-respeito.

⁴ Categoria analítica própria da Sociologia/

(PA) reflete o cenário de muitas cidades dessa região do país, onde em suas periferias os moradores encontram-se distantes da compreensão de seus direitos, entre estes aqueles voltados à saúde, o que se traduz na própria incompreensão sobre bem-estar.

Diante desse cenário e buscando criar processos de empoderamento pessoal e social como estratégias para superá-lo a Universidade da Amazônia (UNAMA) desenvolve há quase uma década o projeto de extensão *O Fazer virtuoso: empoderamento, geração de renda e consciência ambiental* em uma área da periferia de Belém, especificamente na Comunidade Bom Jesus I, no bairro do Tapanã. Situada às margens do igarapé Mata Fome, em uma casa de três cômodos¹, sede do projeto, são desenvolvidas atividades físicas de promoção de saúde, de informação e formação para a cidadania, assim como de capacitação e qualificação para geração de renda são desenvolvidas. Todas as atividades são orientadas por um olhar multidisciplinar, especialmente originado no diálogo entre a Antropologia e a Psicologia. A experiência observada no grupo foco do projeto demonstra que práticas simples, mediadas por uma equipe multidisciplinar, podem garantir o bem estar preconizado pela Organização Mundial de Saúde - OMS e uma trajetória cotidiana com qualidade de vida², marcada por reconstrução da autoestima³ e, portanto, perfilando processos de empoderamento⁴. Sobre essa experiência e sobre sua possibilidade como “tecnologia social” trata este artigo.

A comunidade Bom Jesus I, o projeto igarapé Mata Fome

O projeto “O fazer virtuoso: geração de renda, empoderamento e consciência ambiental no Igarapé Mata Fome” é desenvolvido na comunidade Bom Jesus I, em uma área caracterizada pela exclusão social, na cidade de Belém do Pará. Perfilada por um cenário de extrema pobreza, sua população não tem acesso aos serviços urbanos básicos que deveriam ser oferecidos pela gestão pública. Abastecimento de água, coleta de lixo, transporte público adequado são serviços deficitários. Mesmo o direito inegável de ir e vir encontra-se comprometido diante do nível de violência presente na área que faz com que muitos tenham de abandonar suas residências e seus poucos bens diante da ameaça a sua integridade física. O diagnóstico socioeconômico da comunidade⁵ mostra que a violência e a falta de segurança somadas revelam um percentual de 43%, sendo apontadas pelos moradores como um dos problemas mais recorrentes de morar na comunidade. É neste quadro que a Universidade da Amazônia busca desenvolver, através do projeto *O fazer virtuoso: geração de renda, empoderamento e consciência ambiental no*

igarapé Mata Fome, ou Projeto IMF⁶, como também é conhecido, oficinas de qualificação e capacitação para mulheres de diferenciadas faixas etárias. A escolha da mulher como foco de ação está pautada nos resultados de uma observação feita na área cujos resultados apontaram para esse segmento da sociedade como o mais disposto a mudanças.

Nesse sentido, o trabalho do projeto na área buscou consolidar um grupo de mulheres empoderadas e capazes de atuar de modo a transformar a realidade de abandono e sofrimento no qual se encontravam, atuando como multiplicadoras da metodologia empregada e formando redes solidárias de desenvolvimento local e cooperação entre as pessoas que objetivavam sustentabilidade, inclusão social e qualidade de vida.

Atualmente, o projeto é desenvolvido, entre outros segmentos sociais, com um grupo de 20 mulheres que se autodenomina grupo “Luz do amanhã” e apresenta como estratégia de interação atividades voltadas à geração de renda consolidadas através de curso de reciclagem de materiais disponíveis na natureza e na comunidade, em especial o papel feito com fibras encontradas na vegetação local. Esse tipo de atividade objetiva melhorar a autoestima das mulheres através da ampliação da consciência e incremento de conhecimentos, abrindo, assim, o campo de possibilidades de escolhas das integrantes do grupo, deixando-as livres para decidir sobre seus comportamentos. Essa estratégia de intervenção busca, ainda, aprimorar as opções disponíveis para que as integrantes do grupo exerçam maior controle sobre suas vidas e sobre o meio ambiente no qual estão inseridas.

Lançar um olhar para o grupo de mulheres com o qual o projeto trabalha significa pensar em individualidades e características não só do grupo, mas de uma sociedade maior na qual essas individualidades estão inseridas. Significa pensar em uma relação onde mulheres com diferentes personalidades estabelecem uma relação de retroalimentação contínua para a construção de valores e padrões culturais. Nesse sentido, foi pensada para a intervenção a técnica do *grupo de crescimento*⁷. Esta se constitui em uma técnica de crescimento social, além de se constituir em um método de avaliação que oferece informações qualitativas. Um facilitador coordena o grupo, sendo este não muito numeroso, entre 10 a 15 pessoas, numa discussão que tem por objetivo revelar e entrar em contato com experiências, sentimentos, percepções e preferências que orientam a escolha da ação do projeto e do grupo de mulheres. O papel do facilitador se expressa na preocupação de promover a participação de todos, ajudar na focalização de um tema específico e ressignificação de sentimentos que emergem do grupo.

Antropologia. Refere-se a uma distribuição igualitária do poder na sociedade (RAVENA-CANETE, 2006). A definição e a discussão dessa categoria serão detalhadas na seção seguinte deste texto.

⁵ O diagnóstico socioeconômico da Comunidade Bom Jesus pode ser consultado em Ravena-Cañete (2006). O documento em questão orientou as informações aqui apresentadas.

⁶ A utilização da sigla IMF nomeará o projeto no decorrer do texto.

⁷ *Grupo de crescimento* é uma modalidade de intervenção grupal desenvolvida pelo psicólogo Mauro Martins Amatzuzi (1996).

A implantação de um método de manejo e desenvolvimento grupal, como é o caso do *grupo de crescimento*, responde aos objetivos do projeto referentes à promoção de empoderamento através de uma mudança de percepção da autoimagem e autoestima. A geração de renda e atividades pontuais de reflexão do vivido são compreendidas enquanto outros caminhos para se chegar a este propósito.

Idealizado enquanto uma proposta de projeto de extensão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) por AmatuZZi (1996), o *grupo de crescimento* é uma forma de intervenção psicológica grupal que visa o desenvolvimento pessoal dos seus participantes. Tal método foi adotado como técnica de intervenção e coleta de dados pelo projeto IME.

Esta intervenção está baseada em sete passos⁸, que a princípio são facilitados pelo coordenador do grupo. É esperado, com a experiência dos encontros, que qualquer membro participante possa facilitar tal atividade e que o grupo por si só possa realizar os passos sem um facilitador fixo (AMATUZZI, 1996). As etapas, ou passos, que compõem essa técnica devem ser aqui descritas.

O primeiro passo refere-se ao ato de *sentar*. Este, ainda que expressado de forma simples, merece um cuidado especial, pois se encontra relacionado com o acomodar-se e principalmente sentir-se à vontade. Ele garante uma predisposição interior, e na relação do indivíduo com o meio, para a atividade proposta.

O segundo passo corresponde à ação de *contar*. Nessa etapa cada membro participante deve escolher um fato recente que o tenha marcado. Vale ressaltar que neste passo deve-se narrar apenas o fato, livre nesse momento das impressões pessoais do participante. Este *contar* relaciona-se à possibilidade da pessoa que se expressa parar, por alguns momentos, e se escutar, facilitando o autoconhecimento.

O terceiro passo refere-se ao *escolher*. Nesse momento do encontro os participantes escolhem um dos fatos narrados, respeitando a regra de que um integrante não pode eleger seu próprio fato. O caráter de impacto e intensidade do acontecimento narrado no encontro, assim como a urgência na construção da resposta sobre o mesmo, são os critérios mais importantes a serem observados nesse momento do procedimento da técnica do grupo de crescimento.

O quarto passo destina-se a *sintonizar*. Um participante voluntário deve fazer um resumo do episódio escolhido e todos contam uma experiência similar. O passo em questão refere-se à possibilidade de praticar o “escutar o outro”.

⁸ AmatuZZi (1996) denomina como *passos* as etapas ou procedimentos sequenciais que envolvem o “Grupo de Crescimento”. Este texto guardará a mesma denominação no decorrer de sua argumentação descritiva.

O quinto passo volta-se para o *analisar*. Nesta etapa os participantes devem tentar compreender o acontecimento narrado, procurando referências ou lógicas para o ocorrido.

O sexto passo remete-se a *agir*. Os participantes devem elaborar lições de vida ou mensagens que possam servir de reflexão ou respostas para os fenômenos que emergiram. Neste passo a possibilidade de implicar o participante com seus sentimentos e as emoções do outro se mostra como estratégia central da técnica.

O sétimo e último passo destina-se ao *despedir*. Este corresponde ao momento de finalizar o grupo, pois, ao despedir-se os participantes marcam a data do próximo encontro (AMATUZZI, 1996).

Valendo-se da experiência de AmatuZZi (1996) o *grupo de crescimento* é utilizado como uma estratégia para proporcionar processos de empoderamento entre os integrantes do projeto IMF, especialmente entre o grupo de mulheres artesãs “Luz do amanhã” que se consolida dentro desse espaço social. A aplicação deste método possibilita alguns benefícios, dentre tantos o de proporcionar espaços de reflexão sobre a vida na comunidade, seja individualmente ou coletivamente. A formação de agentes comunitários de interajuda, proporcionada pela técnica do grupo de crescimento, adita outro avanço para a qualidade de vida dos moradores, pois conhecidos como “agentes de saúde mental preventiva” ou “conselheiros leigos ou não profissionais”, estes contribuem para a diminuição do sofrimento psíquico⁹ da comunidade. Uma vez que o método tende a ser replicado pelos participantes e que não há a necessidade da presença de um facilitador fixo, qualquer membro pode atuar enquanto promotor de saúde mental (AMATUZZI, 1996).

Quando a pessoa não entra em contato com seus sentimentos e eventos de sua vida, incapaz de simbolizar os mesmos, não entra em contato consigo, e os níveis de alienação e autoestima findam tomando um caráter debilitado, ocasionando assim sofrimento psíquico. Situações perfiladas por tais características podem ser encontradas entre as participantes do grupo de mulheres envolvidas no projeto IMF. Buscando alterar esse quadro, as atividades do projeto estão pautadas na estratégia mediadora do *grupo de crescimento*. Esta apresenta características comunitárias de solidariedade permitindo que as relações estabelecidas nas atividades do projeto possam ser re-significadas enquanto positivas por essas mulheres e, desta forma, podem ser reproduzidas em outras esferas da vida dessas pessoas. A escuta sensível

⁹ Jackson e Sampaio (1993, p. 407) compreendem sofrimento psíquico como “um conjunto de mal-estares e dificuldades de conviver com a multiplicidade contraditória de significados, oriundo do antagonismo subjetividade/objetividade. Caracteriza-se por dificuldade de operar planos e por definir o sentido da vida, aliado ao sentimento de impotência e de vazio, o eu experimentado como coisa alheia”.

num espaço grupal específico como proposto nas atividades do projeto IMF pode contribuir num ponto significativo para o desenvolvimento do processo de empoderamento, logo, promoção de autoestima.

Para alcançar os objetivos e intervir nesta realidade foi utilizado o aporte teórico e metodológico da *Abordagem Centrada na Pessoa*.

Abordagem Centrada na Pessoa: construção de poder pessoal no processo de empoderamento comunitário

Criada por Rogers (1977), a *Abordagem Centrada na Pessoa* (ACP) perfila-se como uma corrente humanista da Psicologia, originada da interlocução entre a vivência pessoal e experiência profissional desse autor. Possui como fundamento a crença no ser humano enquanto ser eminentemente positivo e digno de confiança. Discorrendo sobre sua confiança na essência construtiva do ser humano Rogers enfatiza que:

a Abordagem Centrada na Pessoa baseia-se na confiança em todos os seres humanos e em todos os organismos. [...] não importa em qual nível, há um fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes e, em especial, nos seres humanos, uma tendência realizadora (ROGERS, 1983, p. 40).

Tal compreensão sobre o ser humano levou o autor a formular o conceito de Tendência Atualizante, postulado que perfila o pressuposto básico de sua abordagem. A premissa desta parte do princípio que todo organismo vivo é naturalmente voltado para o crescimento e a saúde. Afirma que é inerente ao ser humano a capacidade, ao menos latente, de compreender os eventos de sua vida que lhe causam infelicidade e dor, e de se reorganizar no sentido de superação.

Diante de condições favoráveis, Rogers (1983) expõe que o ser humano busca suprir suas necessidades e clarificar seus sentimentos, o que possibilita a condição de aceitar-se e respeitar-se. Deste modo, é possível ao indivíduo vivenciar a aceitação de si e, em conseqüência, respeitar as diferenças na interlocução e vivência com o outro. A singularidade transforma-se em e uma possibilidade de vida a ser valorizada.

As condições mencionadas por Rogers pontuam a congruência, aceitação/consideração¹⁰ positiva incondicional e empatia como as condições centrais na relação com o outro. Tais princípios serão discutidos ao longo do texto e correlacionados com a construção de poder pessoal. No entanto, o conceito central de poder elaborado pelo autor deve aqui ser evocado:

poder e controle: o grau em que a pessoa deseja, tenta obter, possuir, compartilhar ou delegar poder e controle sobre os outros e/ou si mesma. Refere-se às manobras, às estratégias e táticas intencionais ou não, pelas quais, tal poder e controle sobre a própria vida e a de outros é procurado e obtido – ou compartilhado, ou abandonado. Refere-se ao locus do poder de tomar decisões que, consciente ou inconscientemente, regulam ou controlam os pensamentos, sentimentos ou comportamentos de outros ou de si mesmo. Refere-se aos feitos dessas decisões e dessas estratégias, seja procedendo de um indivíduo ou de um grupo, seja dirigido a obter ou abandonar o controle sobre a própria pessoa, sobre os vários sistemas da sociedade e suas instituições (ROGERS, 1989, p. 14).

Diante da argumentação do autor, poder e controle fundamentam em várias instâncias a ação dos indivíduos. Agregada a essa definição, Rogers (1989) pauta seu trabalho na crença de que o ser humano possui uma tendência à atualização. Isto significa que os indivíduos possuem uma capacidade inata de se renovar, de mudar, de se construir e reconstruir a todo o momento.

Rogers acredita, ainda, que a percepção de condições favoráveis possibilita ao indivíduo conduzir processos contínuos de encontro e re-encontro consigo mesmo, de modo que, reconhecendo sua necessidade os indivíduos teriam clareza de seus sentimentos. Tal situação propicia a aceitação e o respeito pessoal e com os outros em virtude da crença de que o outro tem direito de ser o que realmente é. Esta leitura sobre o ser humano diverge da concebida na sociedade ocidental, cuja principal crença repousa no princípio de que o indivíduo apresenta uma relativa incapacidade de se autogerir e autoregular, por isso necessita ser conduzido e ensinado a pensar, sentir e agir.

A reflexão que se estrutura, portanto, pode ser assim descrita: como desenvolver/criar um ambiente favorável no qual o grupo ou indivíduo encontre condições para ressignificar seu modo de pensar? Como acreditar que o ser humano pode ser livre, verdadeiro e capaz de conduzir sua vida?

¹⁰ Em algumas literaturas o termo aceitação é alterado para consideração, dado que não se pode aceitar completamente alguém, mas considerar é mais provável. No decorrer deste texto essa condição de Rogers aparecerá como consideração.

A autoconfiança na capacidade de pensar, sentir, buscar e direcionar sua própria necessidade de mudança é sugerida por Rogers (1989) como a estratégia mais eficiente do indivíduo na busca por ajuda. Em uma perspectiva do fazer da Psicologia o autor evidencia a necessidade do facilitador de um processo de autoconhecimento dominar as técnicas para o trabalho com o grupo. Torna-se necessário, para o desenvolvimento da ação marcada pelo fazer da Psicologia, que o grupo perceba e vivencie a congruência, a empatia e a consideração positiva incondicional, pois atuar, sob a perspectiva do autor, vai muito além de assumir uma atitude, mas corresponde a aplicar esta atitude, esta postura, como uma técnica e acreditar nos pressupostos utilizados. Em resumo, é ter congruência entre o que o facilitador acredita e sua ação/atitude. Assim, a resposta para tal questionamento mostra-se vinculada às três condições básicas propostas por Rogers (1989) - *congruência; consideração positiva incondicional e compreensão empática* - que favorecem um clima de promoção de crescimento pessoal.

Definida como a capacidade de ser autêntico, seja em relação à pessoa ou grupo, a *congruência* necessita, ainda, da comunicação dos sentimentos vivenciados, explicitando que estes resultam de uma percepção individual e não de uma verdade absoluta. Assim, torna-se possível que, na relação entre os indivíduos, estes possam assumir seus sentimentos sem que sobre eles sejam elaboradas leituras marcadas por um significado de ameaças e sim como sentimentos vistos e apoiados na aceitação, na autenticidade e no acolhimento. Este componente do relacionamento proporciona um ambiente adequado para que se possa ser o que se é.

Por outro lado, *consideração incondicional positiva* se refere a uma disponibilidade/aptidão de aceitar o outro na forma como ele se apresenta, sem julgamento, ameaças, acreditando verdadeiramente que qualquer atitude da pessoa, seja “adequada ou inadequada”, corresponde a única forma de atuação disponível no momento em que toda a ação desse sujeito está direcionada para a preservação e o crescimento pessoal. Esse cenário será possível, apenas, quando o sujeito da ação se sente acolhido e aceito, sendo ele mesmo. Esta condição básica se revela como um fator importante, contudo, não exerce manipulação ou controle no relacionamento, mas possibilita um ambiente rico em elementos que são disponibilizados ao grupo e não impostos ao mesmo. Assim, o grupo passa a ter o controle sobre suas próprias vidas.

Por fim, a *consideração empática* se traduz em um processo onde dois ou mais mundos fenomênicos se encontram. Este momento deve ser marcado por uma atitude de respeito e compreensão, havendo um interesse genuíno/natural e ativo pelas diferenças entre os sujeitos envolvidos na interação, de

forma a proporcionar uma atmosfera/espço de criação e recriação, pois permite liberdade experiencial entre os envolvidos nesse encontro. Isso significa oportunidade de expressar sentimentos, pensamentos e desejos tal qual são vivenciados, sendo possível harmonizar experiências. Essa condição leva o indivíduo a uma atualização máxima das potencialidades orientando-o à autonomia e responsabilidade e, portanto, à maturidade.

A vivência da consideração empática, segundo Rogers (1989), possibilita um maior domínio pessoal e crescimento do senso de poder, pois há uma proporção inversa entre autoconsciência e auto-aceitação e defesa e rigidez. Quanto maior o grau de autoconsciência e auto-aceitação menor o grau de defesa e rigidez utilizado pelo indivíduo. Nesse contexto, o crescimento encontra-se em terreno fértil para florescer oportunizando ao sujeito da ação vivenciar a liberdade e, após uma pessoa ou grupo experienciar tal situação, esta se torna irreversível.

Na Abordagem Centrada na Pessoa o poder pessoal está intimamente ligado à vivência genuína da liberdade¹¹, o que implica em autogestão e auto-regularização. Paulo Freire evidencia a pessoa, grupo ou instituição empoderada como aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer (FREIRE apud VALOURA 2008).

Ainda na compreensão sobre empoderamento, Shiavo e Moreira definem este como um movimento interior ao ser humano e:

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis devem somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SHIAVO; MOREIRA, 2005 apud VALOURA 2008, p. 06).

Assim, é possível afirmar que processo de empoderamento culmina em um movimento de mudança, de transformação pessoal e grupal, isto é, transformações no eu que se espriam para a sociedade, cuja direção é a igualdade efetiva, e isto por sua vez produz mudanças no processo relacional.

¹¹ Para Freire (2001), a liberdade é um ideal circunscrito ao ser humano, sendo condição indispensável para a busca da humana complementação.

Vale pontuar que historicamente processos de empoderamento marcaram a relação entre homens e mulheres estando esta pautada por práticas patriarcais. Portanto, a igualdade efetiva entre gêneros “requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens econômicos quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher” (DEERE apud MACEDO FILHO; REGINO, s/d., p. 06).

Baquero (2005) afirma que a igualdade nas relações de gênero será possível somente a partir do empoderamento da mulher, o que se configura em um terreno fértil para o exercício efetivo da cidadania. Portanto, o empoderamento envolve processo e resultado, sendo que:

pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2005, p. 76).

Baseado nas conceituações e discussões apresentadas, o grupo de mulheres ligadas ao projeto IMF configura-se como exemplo de empoderamento. Este se consolida, especialmente, quando se lança o olhar para o movimento processual de significação, resignificação e transformação da realidade vivenciada pelo grupo.

Reconstrução de realidades através do poder pessoal, isto é tecnologia social?

O questionamento que anuncia esta seção remete a um processo reflexivo cuja resposta necessita estar pautada em transformações. Dessa forma, mostra-se necessário evocar momentos significativos observados na vivência do grupo de mulheres do projeto IMF.

Neste processo de experiencição torna-se imprescindível um retorno à trajetória do grupo na qual é possível reviver histórias, sentimentos, olhares, palavras, opiniões, sorrisos, lágrimas, frustrações, abandonos, acolhidas, medo, desejo e relatos de experiências. Faz-se necessário retomar o verdadeiro objetivo do projeto – *empoderamento, consciência ambiental, autoestima*. Nesse cenário, objetiva-se demonstrar que reconstrução de realidade implica

desconstrução, construção, reconstrução, em processo, em tempo, em vivências, em histórias, em sentimentos e emoções.

Na vivência das atividades rotineiras do projeto, observaram-se mudanças significativas no cotidiano das integrantes do grupo: percepção¹² do meio social no qual estão inseridas as integrantes; mudanças de atitudes¹³, diante de situações antes naturalizadas; desenvolvimento e fortalecimento da autoestima e vivência de novos papéis sociais¹⁴.

Vale ressaltar, uma vez mais, que são inúmeras as mazelas sociais vivenciadas pela comunidade onde se localiza a sede do projeto e isso implica em limitações de comportamento entre as integrantes do grupo Luz do Amanhã. A ausência de serviço de abastecimento de água, por exemplo, ganha ênfase devido à compreensão das mulheres sobre tal questão. Explica-se. Este aspecto da vivência social notadamente apresentava-se subpercebido pelas integrantes do grupo, cuja avaliação se pautava sob uma perspectiva doméstica, não havendo leitura para além do eu, de modo que não havia a compreensão de que esta necessidade representa uma condição de direito básico do ser humano, portanto dever do Estado.

No processo dialógico vivenciado no espaço do projeto a percepção sobre essa realidade passa a ganhar outros contornos, pois sai do âmbito doméstico, do privado e passa para a vivência do espaço público. Esse espraiamento se explicita na medida em que as integrantes se deslocam mais cedo, ou necessitam chegar mais tarde na sede do projeto na área para as atividades do grupo, pois sua “liberdade” está atrelada às condicionantes de ausência de serviços urbanos que comprometem uma rotina organizada na comunidade¹⁵.

Esta situação conflituosa iniciou um processo de discussão no grupo, possibilitando reflexões que culminaram com uma nova leitura do contexto social. Assim, o que antes era naturalizado - ausência de serviços urbanos - passou a ser questionado, sendo avaliado pelas moradoras da comunidade como um empecilho/obstáculo ao desenvolvimento pessoal e comunitário, pois impedia o desenvolvimento das atividades de produção de papel.

Esse cenário de questionamento permitiu às integrantes do projeto uma releitura sobre a vida na comunidade. Percebeu-se que a situação vivenciada, quando superava o plano privado, estava intimamente relacionada à condição de direito e cidadania, contribuindo para que o grupo se tornasse agente na busca e efetivação deste direito. Foi possível notar um movimento no sentido de re-avaliação da realidade e das implicações reais na vida da comunidade, bem como, a participação ativa das integrantes nas reuniões e decisões na

¹² Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2001, p. 136), “é pois um processo que vai desde a recepção dos estímulos pelos órgãos dos sentidos até a distribuição de significado ao estímulo”.

¹³ Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2001, p. 137), são “informações com forte carga afetiva, que predispõem o indivíduo para uma determinada ação”.

¹⁴ Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2001), papéis sociais referem-se a condutas socialmente definidas em função do estatuto que possuímos (nossos deveres perante os outros).

¹⁵ O serviço de abastecimento de água na comunidade Bom Jesus I mostra-se quase ausente. A disponibilidade de água se restringe a apenas alguns horários logo no início ou final da manhã.

interlocução com agentes públicos municipais, buscando serviços de saneamento e abastecimento de água.

Esta mudança de atitude, pessoal e grupal, viabilizou-se a partir do acesso e acúmulo das informações ao longo das atividades do projeto, especialmente pela possibilidade, pelo provimento de um espaço no qual foi permitida a emergência dos sentimentos, um espaço facilitador – espaço entendido aqui não como um local, mas sim como um ambiente no qual se vivencia um clima de aceitação.

Traduzido em terreno fértil, o clima de aceitação evidencia um outro aspecto intimamente ligado à condição de gênero, trata-se da violência física e/ou psicológica¹⁶ sofrida por algumas das integrantes do grupo no âmbito doméstico. Estas findavam por trazer para o grupo conteúdos permeados por dor e sofrimento. Na interseção destes vários mundos fenomênicos, na vivência da aceitação, respeito, na possibilidade de desvelamento sem julgamento, abriu-se um portal para transformação que resultou no conhecimento e reconhecimento de comportamentos proativos e funcionais: denuncia aos órgãos competentes das violações de seus direitos; busca pela assertividade, pontuando ao companheiro sua insatisfação com a condição imposta, bem como, seu direito enquanto ser humano e mulher.

Esta nova forma de atuar mostra relação direta com o desenvolvimento e fortalecimento da autoestima o qual está imbricado na forma de percepção do eu, isto é, na autoimagem das integrantes do grupo, evidenciando transformações observadas, expressas em verbalizações.

Mostra-se importante pontuar, ainda, o avanço dos processos de cooperação e o trabalho em grupo. A preocupação com preservação ambiental na reciclagem dos materiais dispostos no ambiente, transformando o “lixo” em produtos manufaturados, os quais são comercializados, trazem benefícios econômicos ao grupo, à comunidade, mas acima de tudo promove qualidade de vida na medida em que fomenta comportamentos ajustados. Percebe-se um processo contínuo de transformações da realidade vivida em vários níveis, no pessoal, no grupal que se espraia para o social. Este processo de transformação só foi possível através da promoção do poder pessoal, que pode ser nomeado também de empoderamento.

Então retorna-se ao questionamento: reconstrução de realidades através do poder pessoal, isto é tecnologia social?

Para consolidar a resposta à questão descrita torna-se necessário apresentar o conceito de tecnologia social. Para este trabalho, e dentro da proposta

¹⁶ Para Corsi (2003) a violência psicológica configura-se como qualquer conduta que vise degradar, controlar as ações, comportamentos, crenças, e decisão mediante ameaça direta ou indireta, humilhação, manipulação, isolamento, ou outro meio que cause prejuízo a saúde psíquica, a autodeterminação e ao desenvolvimento pessoal.

reflexiva aqui empreendida, esta “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”¹⁷. Nesse sentido, é possível dizer que o poder pessoal, do modo como é fomentado no projeto IMF e descrito neste texto, se traduz em tecnologia social, pois passível de replicação, podendo ser desenvolvida em qualquer contexto que envolva o ser humano e interações sociais, e neste caso, em especial, promovendo bem estar e qualidade de vida.

Conclusão

Empoderar é um processo de “desconstrução e reconstrução”: desconstrução do discurso e da vivência cultural do eu, da naturalização da desigualdade e reconstrução de autoconhecimento, e reconhecimento social, o que culmina em novas formas de sentir, pensar e agir e, conseqüentemente, em novas formas de organização. A construção desse processo evidencia a necessidade de disposição para perceber que uma historia de transformação é construída ao longo do tempo e requer habilidades especiais para a sua consolidação. Além do tempo, revela-se como condição para o êxito do processo de empoderamento a capacidade de ensinar, de aprender e reaprender, abrindo espaços de escuta e possibilidades para que o grupo possa significar e re-significar sua forma de sentir, pensar e agir. A replicabilidade desse contexto evidencia-se como tecnologia social.

ABSTRACT: This article describes the experience of a university extension project and presents a discussion focused on activities oriented by a multidisciplinary work. The paper reflects about empowerment process using theoretical and methodological base of the Approach Centered in a Person. This approach was the main tool used to conduction to activities of the described project. Finally, discusses the practice developed in the routine of the project as social technology that can be developed and multiplied in spaces with similar partner-cultural setting.

Referências

AMATUZZI, Mauro Martins. *Psicologia na comunidade*. Campinas: Editora Alínea, 1996.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Debates*. Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS. Porto Alegre, v. 1, n. 1, dez. 2005.

¹⁷ Rede de Tecnologia Social - <http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social>

Artigo

Recebido: 15/10/2008

Aprovado: 15/12/2008

Key words:

Empowerment, Approach Centered in a Person, Group, Community.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CORSI, J. La violencia en el contexto familiar como problema social. In: _____. *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico: fundamentos teóricos para el estudio de la violencia familiar*. Buenos Aires: Paidós, 2003. p. 15-40.

COSTA, A. A. *Gênero, poder e empoderamento de mulheres*. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf Acesso em: 05 set. 2008.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

DEERE, Carmen Diana. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 2. Ed. São Paulo. Paz e Terra, 2001. Disponível em: http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire. Acesso em: 18 out. 2008.

JACKSON, J.; SAMPAIO, C. Saúde mental. In: ROUQUAYROL, M. Z. (Ed.) *Epidemiologia & saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993. p. 403-420.

LISBOA, T. K. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de empoderamento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 05, n. 01, p. 35-47, 2002.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F. A. *O empoderamento de mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento grupal*. Disponível em: www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6513. Acesso em: 13 abr. 2009.

MOREIRA, V.; VIDAL, F. A. B.; FARIAS, I. Q. *Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim*. Disponível em: http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf. Acesso em: 05 set. 2008.

NETO, M. I. D.; PIRES, C. B. S. Empoderamento: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 04, p. 14-21, 1998.

ROGERS, C. A política das profissões de ajuda. In: _____. *Sobre o poder pessoal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Cap. I.

ROGERS, C. *Um jeito de ser*. São Paulo, EPU, 1983.

ROGERS, C. R.; ROSEMBERG, R. *A pessoa como centro*. São Paulo, EPU, 1977.

ROGERS, C.; KINGET, M. A noção chave. In: _____. *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da teoria não diretiva*. São Paulo. Ed. Interlivros, 1997. v. 1, cap. II.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Caderno de Saúde Pública*. v.20, n.2, p.580-588, mar/abr, 2004.

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Soc. Sci. Méd.* v.41, n.41, p.1403-1410, 1995.

VALOURA, L. de C. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador*. Disponível em: http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire. Acessado em 05 set. 2008.